

Uma terra dourada de tanto ouro: educação católica germânica nos séculos XIX e XX

Golden land: German Catholic education in the 19th and 20th centuries

Luís Fernando Lopes¹
Centro Universitário Internacional - Uninter
fernandocater@gmail.com

Andre Luiz Moscaleski Cavazzani²
Centro Universitário Internacional - Uninter
andrexcava@gmail.com

Desiré Luciane Dominschek Lima³
Centro Universitário Internacional - Uninter
DESIRE.D@uninter.com

Resumo: Se a presença e sedentarização germânica e teuto-brasileira nos variados polos de atração do sul do Brasil já recebeu bastante atenção da historiografia competente, o presente artigo, centra seu foco mais no polo de repulsão do que no de atração desses imigrantes. O objetivo é tentar traçar um panorama das ideias que mobilizaram uma expansão missionária germânica tendo em vista a disseminação pelo mundo do catolicismo romanizado que, por sua vez, engendrava os currículos e as práticas das escolas que atendiam a comunidade germânica e teuto brasileira no Paraná. Assim, em um primeiro momento procura-se caracterizar o contexto histórico de repulsão de emigrantes germânicos em direção ao sul do Brasil para, em um segundo momento, compreender o campo das ideias, tensões e distensões da Igreja Católica do período que veio a formar e influenciar a mentalidade missionária germânica católica exportada e incorporada em múltiplas escolas teuto-brasileiras.

¹ Centro Universitário Internacional - UNINTER, Curitiba Paraná, Brasil.

² Centro Universitário Internacional - UNINTER, Curitiba Paraná, Brasil.

³ Centro Universitário Internacional - UNINTER, Curitiba Paraná, Brasil.

Palavras-chave: educação católica; imigrantes alemães; Paraná.

Abstract: Abstract: If the Germanic and German-Brazilian presence and sedentariness in the various poles of attraction in southern Brazil have already received enough attention from competent historiography, this article centers its focus more on the pole of repulsion than on that of attraction for these immigrants. The objective is to try to draw an overview of the ideas that mobilized a Germanic missionary expansion towards the dissemination of Romanized Catholicism throughout the world, which, in turn, engendered the curricula and practices of the schools that served the Germanic and Germanic Brazilian community in Paraná. Thus, in a first moment, we try to characterize the historical context of the repulsion of Germanic emigrants towards the south of Brazil in order to understand, in a second moment, the field of ideas, tensions and distensions of the Catholic Church of the period that came to form and influence the Catholic Germanic missionary mentality exported and incorporated in multiple German-Brazilian schools.

Keywords: Catholic education; German immigrants; Paraná.

Introdução

Em 1808, em pânico, apossadas pelo General Junot, quinze mil pessoas embarcavam às pressas, levando aquilo que podiam, em incômodos veleiros empurrados pelos ventos da mudança que sopravam forte na Europa. Como se sabe, entre essas pessoas estavam a rainha de Portugal, D. Maria, o príncipe regente, D. João VI, seguidos por um triste e agitado cortejo de nobres assustados a se transladar para a parte da América que chamavam portuguesa. De forma absolutamente inédita, uma metrópole mudava seu aparato administrativo e, na época, o centro do império ultramarino português, para a sua colônia (BOXER, 1966, p.44).

A seu modo, muito particular, diga-se de passagem, esse grupo integraria as cifras daquilo que se configurou, no oitocentos, como o “início da maior migração dos povos na História” (HOBSBAWM, 2008, p.207). Italianos, germânicos, portugueses, espanhóis, irlandeses, orientais, todos pareciam falar um idioma comum: “fazer a América”. Fazer a América, fosse do Norte, fosse do Sul, eis uma expressão sonhada, imaginada, pronunciada, vivida um pouco por toda a parte da Europa no século XIX (HOBSBAWM, 2008).

É justo, entretanto, lembrar que as mobilidades populacionais em massa não eram inéditas ou desconhecidas. Cerca de 12 milhões de pessoas, durante os períodos moderno e contemporâneo, foram retiradas à força do continente africano, de seus lares, de suas línguas, de suas tradições, para serem escravizadas no continente americano, principalmente, no Brasil. Destino de aproximadamente metade desse contingente foi, também, o último país nas Américas a abolir o tráfico e a escravidão de pessoas. “Entre 1500 e 1850, estima-se que de cada cem pessoas desembarcadas no Brasil 86 eram africanas e 14 eram colonos ou imigrantes portugueses” (ALENCASTRO, 2018, p. 18).

O presente artigo focaliza suas atenções, entretanto, quando esse quadro de mobilidade populacional sofre uma inflexão provocada, em parte, pelos polos europeus de repulsão de pessoas e, em contraparte, pelos polos americanos, especialmente o Brasil, de atração de pessoas.

Sabe-se que os mesmos motores à propulsão que passaram a dar impulso e previsibilidade às embarcações carregadas de emigrantes, antes haviam passado a movimentar os teares na Inglaterra e, pouco depois, em boa parte da Europa. Essa revolução traçaria uma linha de antes e depois na divisão internacional do trabalho, antigos artesãos perdiam suas oficinas; antigos camponeses se viram estrangulados em dívidas e processos de expropriação. Todos pressionados, ainda, por um importante processo de crescimento demográfico e, alguns mais outros menos, pela agressividade de processos de unificação nacional em curso. (HOBSBAWM, 2008).

Do outro lado do atlântico, contrastando com o desanimador cenário europeu, surgia a miragem poderosa de múltiplas oportunidades nas chamadas terras de promessa. Emprego, terra, casa própria, eram propagandeadas – com apoio institucional – pelos polos de atração, entre eles o Brasil, que buscava uma via para a substituição do trabalho compulsório e, também, ocupação de áreas ao sul. Atividades de recrutamento, transporte e distribuição de e/imigrantes viravam também um lucrativo negócio (GONÇALVES, 2018, p. 25).

Nesse contexto, o Paraná, por exemplo, uma vez emancipado de São Paulo, começa a promover uma política de atração de imigrantes europeus, entre eles, alemães ou, mais precisamente, germânicos. Moviam-se pessoas, também ideias, e, essas últimas não estavam imunes a tensionamentos. Nessa direção, encarar o grupo dos imigrantes germânicos e, depois, teuto-brasileiros como algo coeso, estanque no tempo, sem contradições pode ser uma armadilha. Antes, a diversidade parece ter sido a regra.

Entre os germânicos, recém-chegados, havia católicos, mas, também, luteranos; os que vieram da Baviera, da Prússia, da Saxônia, da Westfalia, de *Hunsrück*, em um momento de pré-unificação do estado Alemão. Havia, também, aqueles que imigravam solteiros e aqui, em práticas endogâmicas, casavam-se com mulheres da comunidade imigrante, gerando descendentes teuto-brasileiros; em contraparte, havia aqueles que formavam famílias com mulheres de outras comunidades misturando-se à população autóctone, ou ainda aqueles que imigravam com suas famílias e, finalmente, os celibatários. Entre esses, os que encampavam na aventura da emigração, ideais de missão católica, encontrando no acompanhamento de grupos migrantes nas viagens e, depois, na fundação de escolas de atendimento às comunidades teuto-brasileiras uma via de evangelização e proselitismo. No caso dessa imigração germânica em direção ao sul do Brasil, considerando especificamente o Paraná, os grandes esteios da sedentarização desses grupos eram a Igreja e a Escola (LOPES, 2017).

Essas instituições serviam como espaços de sociabilidade, acolhida, recriação de laços comunitários, entreajuda e, finalmente, reafirmação e invenção de laços identitários entre pessoas que, por via do associativismo, buscavam construir memórias, preservar línguas, criar e inventar tradições. Para muitos, voltar nunca foi uma possibilidade, sequer hipótese. Igreja e Escola representavam a comunidade imigrante germânica, e uma geração depois, teuto-brasileira, um último e frágil elo com a terra que haviam deixado.

Surgia, nesse contexto, uma espécie de ideologia teuto-brasileira, fundada na teuto-brasilianidade, chamada de *Deutschbrasilianertum* (NADALIN, 2011).

Igreja Católica: uma mãe cristã para filhos cristãos

A análise do contexto histórico da Europa e, particularmente, da Alemanha, ao longo do século XIX e início do XX, no qual se dá o processo emigratório de germânicos para o Brasil, bem como da situação da Igreja Católica e suas transformações que, entre outras implicações, conduziram a uma expansão missionária, requer que se faça um recuo histórico, cujas raízes podem ser buscadas no Iluminismo (HOBSBAWM, 2015, p.7).

Na passagem do século XVII para o XVIII essa situação ficou ainda mais aguda, uma vez que o avanço das ideias modernas conduziu ao Iluminismo e ao Liberalismo. O Iluminismo confirma a dúvida como princípio metodológico científico e confere à ciência um caráter utilitarista. A crítica se torna então condição para existência da ciência e da fé. O monopólio intelectual católico estava abalado e a instituição Igreja aberta a críticas e questionamentos (MANOEL, 1996). Porém, é preciso enfatizar que a reação também se apresenta. A Escolástica ainda estava presente e a Contrarreforma colocava-se contra o protestantismo. As novas teorias científicas são condenadas, bem como alguns de seus descobridores. Trata-se de um tempo de conflitos, crises e incertezas, de ruptura com a tradição, oposição à autoridade eclesiástica, valorização da razão, do indivíduo autônomo e livre (MARCONDES, 1997).

O liberalismo colocou em xeque e buscou a abolição da monarquia absolutista do Antigo Regime, fundada, por sua vez, na teoria do direito divino confirmado pela doutrina política da Igreja Católica. Nesse contexto de laicização do mundo, anticlericalismo e ruptura com os valores do Antigo Regime, a Igreja via-se, naturalmente, abalada. Diante de tal situação, o próprio clero católico se dividiu entre aqueles que apoiavam o Iluminismo e o Liberalismo e os conservadores, também chamados de ultramontanos, que condenam em bloco o modernismo. É esse grupo conservador que assume o controle da Cúria Romana e institui uma política reacionária da Igreja no período que se estende entre os pontificados de Pio VII (1800-1823) e Pio XII (1939-1958).

Sobre esse período histórico, que compreende um espaço de um século e meio entre 1800 e 1958, Alceu Amoroso Lima (1962), ao tratar do espírito das Encíclicas papais que versam sobre a doutrina social da Igreja, afirmou que:

Com o racionalismo do século XVIII, que iria ser intensificado pelo evolucionismo naturalista ou positivista do século XIX e pelo pragmatismo ou ateísmo do século XX – essa desagregação da cristandade iria tornar-se tão profunda que, mesmo entre nós, país tradicionalmente católico, no fim da Monarquia, regime oficialmente católico, um grande pregador como Júlio Maria, já clamava pela necessidade de catolicizar o Brasil (Alceu Amoroso Lima, 1962, p. 4).

Ao longo do século XIX até meados do XX, a Igreja Católica reagiu de forma mais acentuada aos princípios democráticos e de laicização da sociedade. A perda dos Estados Pontifícios motivou ainda mais essa reação de centralização sob o comando direto da Santa Sé em Roma. Conforme preconizado pelo Concílio de Trento, no século XVI, foram realizadas reformas no clero secular e religioso, impondo uma disciplina eclesiástica rígida e formação nos seminários.

O ultramontanismo pode ser compreendido como uma orientação da Igreja Católica, que se fecha sobre si mesma e recusa o contato com o mundo moderno. O que se busca é confirmar a centralidade institucional romana reagindo ao Iluminismo, ao liberalismo, ao capitalismo, enfim, às ideias da modernidade de um modo geral (LAGE, 2006).

O *Syllabus*, publicado por Pio IX em 1861, e que catalogava 80 proposições condenadas, é um exemplo marcante dessa posição reacionária e conservadora da Igreja Católica para fazer frente às ideias do mundo moderno e suas consequências. Para Manoel (1996), entre os diversos documentos publicados por Pio IX, três são considerados fundamentais, na sua luta contra a modernidade: A Encíclica *Qui Pluribus* de 1846; o *Syllabus* de 1861 e a Encíclica *Quanta Cura* de 1864.

Esse combate ao mundo moderno exigia uma atuação em três frentes ao mesmo tempo: 1) eliminar as teorias racionalistas e recuperar espaço para a filosofia tomista-aristotélica da Igreja, fundamentada na revelação, fazendo, portanto, o pensamento refluir para os mesmos paradigmas da Idade Média; 2) censurar a imprensa periódica e a edição de livros; e 3) recuperar o controle do sistema educacional (MANOEL, 1996, p. 42-43).

Entre essas frentes mencionadas convém destacar a necessidade de recuperar o controle do sistema educacional. Nessa tarefa, será fundamental o auxílio das ordens e congregações religiosas que, no caso brasileiro, atuaram de um modo particular na educação de imigrantes. Essas congregações e ordens católicas masculinas e femininas europeias já estavam sintonizadas com os novos ares eclesiais (DALLABRIDA, 2001 p. 67).

No Concílio Vaticano I (1869-1870) foram instituídas as diretrizes da romanização da Igreja, bem como a preparação de padres estrangeiros que acompanharam os imigrantes ao Brasil. Para Manoel (1996, p. 45), entre todas as formas empreendidas pela Igreja, no que se refere à produção de conhecimento, “o controle do sistema educacional, ou seja, a formação das mentalidades, especialmente a feminina foi talvez a mais importante”. Isso porque, por um lado, mães católicas ensinariam aos seus filhos os princípios da fé e da piedade, o que garantiria a manutenção e a reprodução da fé e, por outro, as próprias educandas eram consideradas um meio eficiente para que os princípios religiosos adentrassem ao seio das famílias.

A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de “teoria dos círculos concêntricos”: da mãe cristã para filhos cristãos, de filhos cristãos para famílias

cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna (MANOEL, 1996, p. 49).

Com relação às recomendações da Igreja diante dos ideais da modernidade e todas as suas consequências, convém citar uma passagem da Encíclica *Quanta Cura* de Pio IX, publicada em 8 dezembro de 1864.

[...] E não deixeis de inculcar sempre aos próprios fiéis que toda a verdadeira felicidade humana provém de nossa augusta religião e de sua doutrina e exercício; que é feliz aquele povo, cujo Senhor é seu Deus Ensinai que os reinos subsistem apoiados no fundamento da fé católica, e que nada há tão mortífero e tão perto do precipício, tão exposto a todos os perigos, como pensar que, podendo bastar-nos a nós mesmos pelo livre arbítrio recebido ao nascer, por isso, nada mais temos de pedir a Deus: isto é, esquecemos de Nosso Criador e abjurar seu poderio, para assim mostrarmos plenamente livres. Tampouco omitais o ensinamento que a potestade real não se deu somente para governo do mundo, senão também e sobretudo para a defesa da Igreja; e que nada há o que possa dar maior proveito e glória aos reis e príncipes como deixar que a Igreja Católica ponha em prática suas próprias leis e não permitir que nada se oponha a sua liberdade, segundo ensinava outro sapientíssimo e fortíssimo Predecessor Nosso, São Félix quando inculcava ao imperador Zenão. Pois certo é que, ao se tratar das causas de Deus, é bom que em tudo isso a vontade régia se esforce em submeter-se aos sacerdotes de Cristo e não se antepor aos mesmos, segundo o que o próprio Deus há determinado (PIO IX, 1864, Encíclica *Quanta Cura*, nº 10).

Como se pode notar, o contexto é de crise, sobretudo da própria autoridade papal. Para os ultramontanos, a Revolução Francesa que pretendia descristianizar a França provocou a anarquia e a tirania. A solução apontada é totalmente outra, um rei cristianíssimo que coloque o Estado a serviço da Igreja. Assim, estaria protegido por Deus e contaria com o apoio do clero no controle das massas (WERNET, 1987).

Esse processo de centralização conduzido por Pio IX também contou com a realização do Concílio Vaticano I, em 1860. Soma-se a isso a promulgação do dogma da infalibilidade do papa em matéria de fé, decisão que não foi bem aceita por todos, mas que buscava garantir a centralização institucional e dogmática da Igreja. O Concílio foi aberto no dia 8 de dezembro de 1869 com 700 bispos, sendo que dois terços que tinham direito à participação estavam mais suscetíveis a ideias da base ultramontana, já que “a grande massa dos padres era, no fundo, constituída de homens moderados, a que toda essa agitação afligia e inquietava profundamente” (AUBERT, 1975, p. 67). Trata-se de um Concílio conservador que repudia as mudanças e procura deixar clara a posição da Igreja frente ao liberalismo e condena o mundo moderno.

Dos pontificados que sucedem a Pio IX, convém destacar o de Leão XIII. A tônica de sua política de combate ao mundo moderno volta-se para as questões sociais. Afinal, “um espectro ronda a Europa” e o mundo: o comunismo. Era preciso resolver as questões sociais para impedir que o mundo tomasse os rumos

do socialismo. Conforme a Encíclica *Rerum Novarum*, o que se propunha era não luta, mas concórdia de classes.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições (LEÃO XIII, 1891, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, n.º. 9).

Como se pode notar, os argumentos apresentados naturalizam a desigualdade, que se reverte em proveito tanto da sociedade como dos indivíduos. Assim, é uma aberração considerar as classes – os ricos e os pobres – inimigas uma da outra. Como no corpo humano, os membros, embora diversos, adaptam-se maravilhosamente formando um todo simétrico, também na sociedade, “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital” (LEÃO XIII, 1891). Assim, na Encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII estabelece os parâmetros doutrinários da Igreja Católica acerca das relações de produção capitalista.

Conforme Aubert (1945), a ideia central presente na Encíclica era buscar uma alternativa para os excessos do Liberalismo, afastando-se completamente da ideologia socialista. Muitos consideraram a Encíclica fundamentalmente antissocialista e reacionária. Contudo, é preciso reconhecer outros pontos essenciais no documento. Realmente, trata-se de uma Encíclica tardia com conteúdo moralizante e proposições abstratas, motivadas, entre outros fatores, pelo medo do socialismo. Mas Leão XIII teve o mérito de se libertar de utopias românticas – a volta ao corporativismo do Antigo Regime – reconhecer os direitos dos operários e proclamar a injustiça do sistema liberal.

Nessa perspectiva, Lima (1963, p. 11) afirma que Leão XIII na *Rerum Novarum*, ao repudiar o socialismo e os métodos violentos de remodelar a sociedade, “não procurava tapar o sol com peneira ou defender o capitalismo, a burguesia ou os ricos como injuriosamente apregoa a demagogia”.

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão,

pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários (LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, nº. 2).

Como se pode notar, há um quadro sombrio da situação social no final do século XIX e as condições históricas do mundo contemporâneo, desde o início desse mesmo século, que levaram a Igreja Católica e certo número de fiéis a assumirem uma posição definida em face das radicais transformações da sociedade contemporânea. No entanto, “foi realmente a partir da *Rerum Novarum*, em 1891, que essa posição se tornou positiva e não apenas condenatória ou marginal” (LIMA, 1962, p. 8).

O roteiro da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) mostra o pluralismo político, econômico, cultural e religioso que marca o mundo moderno frente ao qual a Igreja se posiciona. Nesse contexto, merece destaque a situação da Alemanha, especialmente na virada do século XIX para o XX. A partir dos estudos de Kreutz (1991), é possível compreender o movimento de restauração na Alemanha como um movimento de contrarrevolução, no âmbito cultural e religioso, que articulou as forças católicas contra o Liberalismo. A base filosófica desse movimento apoiava-se nas ideias do Romantismo conservador ali consolidado do final do século XVIII até meados do século XIX.

Segundo o ideal romântico, a comunidade deveria conservar os valores tradicionais, a hierarquia. A religião era fundamental nesse modelo comunitário político-religioso, considerado ideal. Nesse sentido, para Campos (2006), as noções herdadas do Romantismo também foram decisivas no envolvimento dos alemães uns com os outros. Esse envolvimento partia de princípios como o de que ser alemão constituía muito mais o resultado de relações de caráter étnico-cultural. Dessa forma, mesmo além das fronteiras do país de origem, as ligações sentimentais, laços afetivos e lembranças emotivas da terra de origem permaneceriam.

Conforme Campos (2006, p. 32):

Seguindo ainda os caminhos da tradição alemã, remontando ao século XVIII, na contraposição entre noções de Romantismo alemão e Iluminismo individualista, a ideia de comunidade aparece como um componente muito forte presente nessa cultura. Ao contrário do movimento fundamentado na razão individual, que atingiu a partir do Iluminismo, a máxima possibilidade de valorização, o Romantismo alemão teve na coletividade sua maior ênfase, popularizando o sentimento de comunidade de origem. Esse

sentimento exacerbado chegou a ponto de considerar a individualidade apenas como uma derivação do coletivo. Assim, a personalidade não estaria subordinada à afirmação da razão do indivíduo diante do grupo, mas ligada a identificações que aquele pudesse ter com a coletividade. A cultura teria, dessa maneira, uma forte influência na formação da personalidade.

Ainda de acordo com Campos (2006), na noção de nacionalismo próprio dos germânicos, é muito forte o componente linguístico, de modo que, apesar de os processos históricos terem conduzido os integrantes dessa cultura a dispersarem-se e viverem em países diversos, a unidade dos grupos teria triunfado pela cumplicidade no uso da língua. Convém ressaltar que as vinculações entre raça e língua são constantes no pensamento alemão. De acordo com o filósofo Hegel (1770-183), haveria uma única prova com validade científica quando se busca saber a origem das nações: “esta prova seria a linguagem” (POLIAKOV, 1974, p.175). Também o filósofo Leibniz (1646-1716) na sua obra "*Brevis designatio meditationum de originibus gentium, ductis potissimum ex indicio linguarum*" (Pequena consideração em torno da origem e conexão das línguas e nações), escrita em 1710, descreveu “os povos germânicos como ‘mais antigos’ e o idioma germânico como aquele que teria dominado até mesmo o latim” (CAMPOS, 2006 p. 36).

O modelo de Igreja vigente na época era o de “sociedade perfeita”. O modelo de cristandade era o Medieval, que deveria ser retomado para fazer frente aos descabros do Liberalismo. Nesse sentido, de acordo com Renk (2004), a ação restauradora da Igreja Católica, na Alemanha, foi mais eficiente nas comunidades rurais, sobretudo na região do *Hunsrück*, que ainda tinha um modo de vida medieval ditado pelo ritmo da natureza.

Em busca da terra dourada onde corre leite e mel

As sociedades europeias, antes da Revolução Industrial, eram constituídas majoritariamente por indivíduos que sobreviviam cultivando a terra e criando animais. Esse período “pré-industrial” registrou importantes mudanças na estrutura agrária, que vinham no sentido de substituir a agricultura campesina, que atendia um consumo local por outra, mais voltada para o mercado comercial. Para tanto, novas técnicas e equipamentos agrícolas foram desenvolvidos. Esse processo foi marcado por situações de descompasso, tendo como consequência uma série de crises de emprego, fome e por vezes miséria das populações europeias (KEMP, 1985).

O mundo burguês era demasiadamente disciplinado, a sociedade industrial era artificial e pecaminosa, marcada pela valorização da razão e da cientificidade. Contra ela, o mundo idealizado pautava-se nos conceitos de homem e sociedade de Santo Agostinho e Tomás de Aquino, cuja referência era o teocentrismo. Deus é o criador de tudo, então a melhor maneira de organizar uma sociedade é seguir os seus desígnios cujos sinais estão impressos na natureza.

Para proteger a liberdade da Igreja contra imaginárias e efetivas ameaças da modernidade, e para demonstrar a independência da Igreja em relação ao Estado, a eclesiologia ultramontana do século XIX entende a Igreja como sociedade perfeita (*societas perfecta*). Mas ao procurar fundamentar essa independência pela atualização de ideias, formas de vida e de organização pré-modernas, ela leva a uma constituição eclesiástica papalista e centralista em grau jamais visto bem como a um isolamento sistemático contra as conquistas da modernidade (WIEDENHOFER, 2002, p. 83).

A formação de comunidades rurais, o associativismo religioso e cultural foram atividades estimuladas pelo movimento de restauração católica para conter os avanços do mundo moderno. O foco das ações desse movimento de restauração era principalmente os jovens que habitavam comunidades rurais, pois delas é que viriam as vocações para atuar como missionários. Assim, é importante salientar a relação entre escola e igreja na formação desses futuros propagadores da fé católica.

O episcopado, o clero, os religiosos da Companhia de Jesus, as congregações femininas que se ampliavam, o Partido do Centro e a Associação de Professores Católicos promoveram uma intensa campanha pastoral missionária de restauração católica na Alemanha. Criar novas congregações com foco missionário em outros continentes, repovoar conventos, fomentar as associações culturais e religiosas foram algumas das estratégias adotadas para superar os males provocados pela Reforma de Lutero, pela Revolução Francesa e pelo liberalismo burguês. A Igreja Católica era a instituição que assumira essa missão, mas, para cumpri-la, precisaria de comunidades rurais mais conservadoras, organizadas em associações comunitárias de onde saíam vocações para as missões no continente americano (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011).

Paralelamente, outro fator que agravava a vida das populações camponesas na Europa era o problema populacional. O crescimento da população na Europa durante o século XIX foi muito significativo, provocando, primeiramente, uma série de pressões em torno da terra, levando milhares de europeus a atravessarem os mares, em um momento de profundas transformações econômicas e sociais, agravado por esse aumento da população, com diminuição das possibilidades de emprego.

A população mundial – e em especial a população do mundo dentro da órbita da revolução dupla – tinha iniciado uma “explosão” sem precedentes, que tem multiplicado seu número

no curso dos últimos 150 anos. A população do Reino Unido, quase duplicou entre 1800 e 1850, quase triplicou entre 1750 e 1850. A população da Prússia (considerada as fronteiras de 1846) quase duplicou entre 1800 e 1846, o mesmo acontecendo na Rússia europeia (sem a Finlândia). As populações da Noruega, da Dinamarca, da Suécia, da Holanda e grandes partes da Itália quase duplicaram entre 1750 e 1850, mas cresceram a uma taxa menos extraordinária durante nosso período; as da Espanha e Portugal aumentaram em um terço (HOBSBAWN, 2015 p. 188).

Além dos problemas ligados à agricultura e à indústria, outros acontecimentos políticos agitavam a Alemanha. O principal deles estava ligado à ideia de unificação da nação, que depois da queda de Napoleão foi reorganizada em uma confederação composta por 39 estados independentes, com liderança política sendo dividida entre a Prússia protestante, militarista e industrializada e a Áustria, católica e multinacional conservadora. Como pano de fundo desse cenário histórico, a Alemanha estava ocupada pelas forças militares de Napoleão (KEMP, 1985).

Desde o início do século XIX, o desenvolvimento industrial estava centralizado na Prússia em alguns principados menores, todos situados ao norte. Os menos industrializados estavam localizados na região oeste e nos estados do sul que faziam fronteira com os Países Baixos e França, onde se localizava a região chamada de *Hunsrück*.

Aí se situa o Hunsrück, uma região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica já milenar. Formaram-se aí as comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural (KREUTZ, 1991, p. 17).

Continua Kreutz (1991) sua análise, mencionando que a Prússia, formada por maioria protestante, caracterizava-se por ser uma região industrializada e com uma consciência política, e a região do *Hunsrück*, formada por maioria católica, simbolizava o conservadorismo agrário. Foi da região do *Hunsrück* que vieram grande número de imigrantes alemães católicos ao sul do Brasil, a partir de 1829 (KREUTZ, 1991).

Como essa região não conheceu o mesmo surto industrial que o restante da Alemanha, durante o século XIX, foi esse o modelo de organização de vida – pequenas comunidades, com economia rural e tradição católica – que esses imigrantes trouxeram para o Brasil. Convém mencionar que a vinda desses imigrantes é muito significativa, uma vez que criavam uma imagem da futura terra, profundamente marcada pela influência religiosa que a população católica da região de *Hunsrück* possuía. As canções compostas e cantadas nessa região, com o objetivo de motivar a população a emigrar, são um exemplo desse fato (HUBER).

Nesse sentido, Carlos Fouquet (1974) cita no livro “O Brasil na canção alemã”, algumas canções compostas e cantadas na região do *Hunsrück* que expressam a visão do emigrante sobre o Brasil como sendo uma espécie de terra prometida.

Lá não se trabalha por um parco soldo
A terra é dourada de tanto ouro...
É um pedaço do paraíso
Que Deus deixou para os pobres
Que todos os dias em desespero lhe rogam
Por um pedaço de pão.
Preocupações lá não teremos,
Descanso e paz lá encontraremos.
Oh Joca, Joca não te demores
Não desprezes a sorte que nos bafeja.⁴

A partir do texto da canção citada, pode-se constatar como o fervor religioso era um dos fatores motivadores essenciais que incentivavam o processo de emigração. Comparar a nova terra a uma terra prometida por Deus ao seu povo escolhido (uma nova Canaã) era uma das estratégias utilizadas para despertar o desejo dos alemães que habitavam na região do *Hunsrück* a buscarem uma melhor condição de vida em uma terra distante, porém abençoada e repleta de fartura.

Já no que diz respeito à questão escolar, é preciso considerar, de acordo com Kreutz (1994), que os alemães tinham um profundo zelo pela educação. Os motivos eram sobretudo religiosos, pois o aprendizado da leitura era fundamental para compreender a mensagem bíblica, não mais restrita apenas aos que dominavam a língua latina. Nesse sentido, os protestantes precederam os católicos, que também tiveram algumas iniciativas de criar escolas nas comunidades. O objetivo era formar bons cristãos, o ensino religioso era valorizado, além de se exigirem habilidades específicas dos professores como, por exemplo, o exercício de funções religiosas.

Motivadas, entre outros fatores, pelos ideais da Revolução Francesa, a Reforma do ministro Humboldt (1769-1859) na Prússia e a do teólogo protestante Niethammer (1766-1848), na Baviera, algumas mudanças foram promovidas, entre as quais vale destacar a laicização do ensino, pela qual também os professores se organizaram como categoria, bem como pela qualificação profissional (KREUTZ, 1994). A Igreja Católica, que cada vez mais perdia terreno no campo educacional para as escolas públicas, buscou

⁴ *Man schafft nicht dort um knappen Sold. Die Erde strotzt von lauter Gold. Das ist ein Stück vom Paradies. Das Gott den armen Menschen ließ. Um ein kärglich Stücklein Brot. Dort gibt es keine Sorgenlast. Und jeder findet ruh und Rast. O Hannes, Hannes, säume nicht. Verachte nicht des Glückes Licht.* (HUBER, s/d. p.14).

uma maior articulação com a escola elementar. Chegou a fundar uma Escola Normal para a formação de professores paroquiais, que deveriam também ser agentes pastorais e líderes sociais. “Enquanto a implantação da escola pública se afirmava na Alemanha, no século XIX, a literatura católica, especialmente a partir de 1850, deixa transparecer a opção preferencial pela escola confessional e pelo professor paroquial” (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011, p. 95).

Quando a Revolução de Março (*Märzrevolution*) foi sufocada, em 1848, a Igreja ampliou seu espaço de atuação na educação, acentuando o caráter autoritário e confessional. Contudo, a partir de 1870, com o fortalecimento do Liberalismo, o Estado retomou o controle da educação, expulsando os jesuítas e promovendo reformas e a expansão da rede escolar. Essa campanha de oposição à Igreja Católica foi denominada de *Kulturkampf*, que foi a forma como a Ilustração (*Aufklärung*) ocorreu na Alemanha. (BIHLMeyer; TUECHLE, 1965).

Colocando os católicos à prova, o *Kulturkampf* promoveu uma renovação de convicções e impôs um mútuo respeito entre católicos e protestantes em prol da convivência política social sempre muito complicada. Mas esse contexto histórico não se reduz ao episódio Bismark - *Kulturkampf*, uma vez que toda a Europa vivia uma década de efervescência política e religiosa em 1870.

De acordo com Seyferth (1981), na década de 1850, a Prússia emergiu como potência industrial, renovando seu sistema de transporte e fortalecendo seu exército. Sob a liderança do Chanceler Bismark (1815-1898), transformou-se em uma das maiores forças econômicas do mundo. Paralelamente a isso, os estados do sul continuavam com sua economia baseada na agricultura e, politicamente, estavam mais ligados à Áustria, inclusive por ambos serem vinculados à religião católica. Buscando o controle dessa região, a Prússia elabora estratégias militares para conquistar territórios e impor o seu domínio. Nesse sentido, as guerras contra a Dinamarca e Áustria foram fundamentais para reforçar o poder militar da Prússia dentro da Alemanha, bem como para ganhar o apoio incondicional dos alemães, em parte pela própria vitória, mas também pela anexação dos territórios do Schleswig-Holstein.

Ainda conforme Seyferth (1981), esse avanço militar colaborou para que a Prússia caminhasse em busca da unificação alemã que se completou após a guerra contra os franceses (1870-1871). Essa guerra, considerada pelos alemães como uma agressão resolvida da França, fez com que o povo alemão se unisse em defesa de sua pátria. Nesse contexto, nota-se implícito o nacionalismo da época no qual a unidade só seria possível a partir de pressões externas, uma vez que os alemães se uniram para reagir contra Napoleão. Com

a vitória da Prússia, os príncipes alemães, reunidos em Versalhes em 1871, proclamaram Guilherme I como Imperador da Alemanha, que passou a ser uma União Federal de 25 Estados.

Considerações Finais

A partir do estudo realizado, é possível compreender como os alemães enfrentaram o problema social e econômico causado pela Revolução Industrial, com consequências catastróficas nas populações rurais, produzindo muitos desempregados e sem terras. Houve também dois contingentes da população que tiveram restrições no país recém-criado por Bismarck: os liberais e os católicos, ambos derrotados na atual opção política do governo, protestante e nacionalista. Nesse cenário, uma das poucas alternativas que restou para milhares foi emigrar.

Conforme salienta Kreutz (1991), o chanceler de ferro, Bismarck (1815-1898), recebeu apoio dos nacionais-liberais e dos luteranos, limitando a atuação da Igreja Católica de um modo geral e particularmente na educação, por meio da substituição dos inspetores católicos. Essas ações motivaram a Igreja a intensificar o movimento de restauração por meio do ultramontanismo, do fortalecimento do Partido do Centro, liderado pelos parlamentares Ludwig Windhorst (1812-1891), o mais notável oponente do chanceler Otto von Bismarck, e August Bebel (1840-1913), em busca de uma maior liderança política do clero.

Para Arns (1997), esse é o *zeigeist* (espírito) de uma época (a do *Kulturkampf*), caracterizada como regime de “aço e sangue” do chanceler Bismarck, mas que teve consequências benéficas, por meio do *Zentrums Partei* em momentos decisivos da história do século XX, como as derrotas de 1918, os anos de crise da República de Weimar e a resistência ao nazismo, esse último por meio do Partido Democrata Cristão de Adenauer.

Referências

ALENCASTRO, L. F. Abolição. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AUBERT, R. **Nova história da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BIHLMAYER, K.; TUECHLE, H. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1965.

BOXER, C. R. **O Império Ultramarino Português**. Lisboa: Edições 70, 1969. (Original title: The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825).

- CAMPOS, C. M. **A política da língua na era Vargas**. Proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- DALLABRIDA, N. (Org.). **Mosaico de escolas**. A escola alemã em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- FOUQUET, C. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Hans Staden, 1974.
- GONÇALVES, P. C. **Mercadores de Braços: Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2018.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital: 1848-1875**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HUBER, V. Facetas da imagem Europeia/alemã do Brasil: A visão dos viajantes, a literatura popular e a literatura Stricto Sensu. **Cadernos de Letras (UFRJ)**, Rio de Janeiro, p. 297-313, 2001. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/liehd/media/docs/art_valb1.pdf. Acesso em: 09 abr. 2016.
- KEMP, T. **A revolução industrial na Europa do século XIX**. São Paulo: Edições 70, 1985.
- KREUTZ, L. **Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- KREUTZ, L. Escolas da Imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUC, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994.
- KREUTZ, L. **O professor paroquial**. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- KREUTZ, L.; KUIAVA, E. A.; NODARI, P. C. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. **História Unisinos**, v. 15, p. 91-99, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/965>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- LAGE, A. C. P. **Ultramontanismo**. Navegando pela história da educação. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.
- LIMA, A. A. **Mater et Magistra e Pacem in Terris**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.
- LOPES, L. F. **O colégio Bom Jesus: de escola étnica a escola franciscana (1896-1971)**. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1619/2/O%20COLEGIO%20BOM%20JESUS.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina** (1859-1919). Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NADALIN, S. O. A constituição das identidades nacionais nos territórios de imigração: os imigrantes germânicos e seus descendentes em Curitiba (Brasil) na virada do século XX. **Revista del CESLA**, Uniwersytet Warszawski, v. 15, n. 15, p. 55-79, 2012.

PAULO VI. **Encíclica Ecclesiam Suam**. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html. Acesso em: 20 jan. 2017.

PIO IX. **Encíclica Quanta Cura (1864)**. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/old/documentos/quantacura.html>. Acesso em 20 jan. 2014.

PIO IX. **Syllabus (1861)**. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 21 jan. 2014.

POLIAKOV, L. **O mito ariano**. Perspectiva. São Paulo: EDUSP, 1974.

RENK, V. E. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2004.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

WIEDENHOFER, S. *Eclesiologia*. In: SCHNEIDER, T. (org.) **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Submetido: 30/03/2023

Aceito: 20/10/2024